

Modernidade, marginalização e interseccionalidade: sob o olhar da imprensa na capital catarinense (1880-1920)

Modernity, marginalization, and intersectionality: through the lens of the press in the capital of Santa Catarina (1880-1920)

Samuel Victor Borba¹

Resumo: O estudo analisa o papel opressor da imprensa de Florianópolis, centralizando em grupos em posição subalterna na estrutura social entre as décadas de 1880 e 1920. A análise dos periódicos “O Argos da Província de Santa Catarina”, “República”, “O Clarão” e “O Dia”, junto ao levantamento bibliográfico, revela que a imprensa, enquanto espaço de divulgação do pensamento das elites e do discurso científico racista e moralizante, legitimou os processos de reestruturação urbana e social ocorridos na cidade. Embora diferentes minorias sociais tenham sido alvo de discriminação, a experiência desses grupos foi agravada pela coexistência de identidades sociais e sistemas discriminatórios.

Palavras-chave: Reforma urbana; Imprensa; Interseccionalidade; Florianópolis.

Abstract: The study analyzes the oppressive role of the press in Florianópolis, focusing on subordinate groups within the social structure between the 1880s and 1920s. The analysis of the periodicals “O Argos da Província de Santa Catarina”, “República”, “O Clarão”, and “O Dia”, along with the bibliographic survey, reveals that the press - as a space for disseminating the elites dominant thought and spreading the racist and moralizing scientific discourse - legitimized the processes of urban and social restructuring. Although different social minorities were targets of discrimination, the experience of those groups was exacerbated by the coexistence of social identities and discriminatory systems.

Keywords: Urban reform; Press; Intersectionality; Florianópolis.

Introdução

Com a Proclamação da República no Brasil, foi imperativo desvincular-se das estruturas urbanas ultrapassadas herdadas do período monárquico². Reformas e alterações nessas estruturas foram essenciais para melhor se adequar ao novo contexto republicano. Nesse sentido, a transição entre esses dois períodos representou a instauração de um quadro político alinhado às novas forças políticas e sociais, bem como às determinações impostas pelo capitalismo internacional³.

¹ Graduando em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). E-mail: samuelvictorborba@gmail.com.

² MÜLLER, Gláucia Regina Ramos. **A influência do urbanismo sanitário na transformação do espaço urbano em Florianópolis**. Dissertação (Mestrado em Geografia), UFSC, Florianópolis, 2002, p.28.

³ ARAÚJO, Hermetes Reis de. **A invenção do litoral: reformas urbanas e reajustamento social em Florianópolis na Primeira República**. Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1989, p.9.

As reformas urbanas ocorridas na Europa tiveram grande influência no desenvolvimento do movimento sanitarista brasileiro. A implantação de políticas de reforma sanitárias, operadas em grande parte do território nacional, contou com uma articulação das elites econômicas e intelectuais, que tentaram resolver os problemas sanitários e de saúde pública⁴. A partir das ideias de “modernidade”, “progresso” e “civilização”, cidades como Rio de Janeiro, São Paulo, Recife, Belo Horizonte e Florianópolis sofreram profundas reestruturações espaciais.

Reformas urbanas e ideias de modernidade influenciaram diretamente a transformação social em Florianópolis entre o final do século XIX e o início do século XX. Para além da metamorfose estética da cidade, os processos de urbanização alteraram as dinâmicas populacionais previamente estabelecidas. Como consequência, ainda hoje, é possível observar os impactos dessas remodelações ao analisar as disparidades entre as classes sociais que habitam o centro e aquelas que residem nas áreas periféricas de Florianópolis.

Além disso, instrumentos legais reforçavam também o controle social. Sob o jugo da lei, grupos marginalizados eram acusados de “vadiagem”, crime presente tanto no Código Criminal do Império de 1830 quanto no Código Penal da República de 1890 e, posteriormente, na Lei das Contravenções Penais, de 1941. Na tentativa de apagar expressões culturais que não se adequavam aos padrões eurocêtricos e elitistas impostos, essas legislações foram utilizadas para reprimir também as manifestações afro-brasileiras, como o candomblé e a umbanda, entre outras manifestações religiosas, e práticas culturais, como a capoeira, refletindo o preconceito institucionalizado.

Nesse sentido, o escopo desse artigo visa identificar o papel da imprensa local enquanto ferramenta de opressão de grupos em posição subalterna na estrutura social entre o final da década de 1880 e o início da década de 1920. Além disso, o trabalho objetiva explorar os processos de transformações espaciais ocorridos na capital catarinense nesse período. Pretende, também, examinar de forma crítica as representações, feitas na imprensa, dos estratos socioeconômicos mais baixos nos jornais, com foco na população pobre rotulada como “vadios”, nas “decaídas”, mulheres que, por necessidade, recorriam à prostituição para garantir seu sustento, e na população negra pós-abolição. Por último, o artigo visa identificar nuances na produção dessas representações, considerando as variações entre grupos sociais distintos e a interseção de marcadores sociais.

⁴ MÜLLER, *op. cit.*, p.28.

Dessa forma, foram analisados recortes dos jornais da capital catarinense “O Argos da Província de Santa Catarina”, “República”, “O Clarão” e “O Dia”, além da realização de uma pesquisa bibliográfica. Primeiramente, foram descritos os processos de deslocamentos populacionais em momentos de reestruturações urbanas em Desterro-Florianópolis. Em seguida, foi abordado como a imprensa retratou os chamados “vadios” e “decaídas”, destacando antecedentes durante o regime monárquico. Por último, foi debatido como a população negra, e em especial, a mulher negra, foi afetada durante o processo de reorganização da cidade nos primeiros anos da República.

Deslocamentos, demolições e imprensa

Dois deslocamentos populacionais alteraram profundamente a vida da população pobre da Ilha de Santa Catarina. O primeiro, iniciado ainda durante o período monárquico, no século XIX, ocorreu durante um processo de desenvolvimento comercial da cidade, que gerou uma nova classe econômica, impulsionando mudanças sociais e políticas⁵. A elite comercial passou a adquirir territórios ocupados pelas classes mais pobres, próximo ao porto principal, na área central, construindo estabelecimentos comerciais e depósitos voltados ao recebimento e armazenamento de produtos⁶.

Além disso, a emergente elite comercial, composta por traficantes de escravos, proprietários de embarcações e comerciantes, empreendeu, durante a segunda metade do século XIX, a construção de sobrados. As residências de aluguel, que anteriormente abrigavam as camadas mais desfavorecidas da população, foram vendidas à nova elite para a construção da infraestrutura⁷. A busca da população pobre por moradia levou a ocupação do entorno do Rio da Bulha (ou Córrego da Fonte Grande), onde o aluguel era mais acessível. Dessa forma, foram formados os bairros da Pedreira e Tronqueira, além dos becos Irmão Joaquim e do Quartel⁸.

O segundo deslocamento urbano ocorreu com os novos ideais republicanos e com a busca dos modelos de urbanização europeus. Visando garantir uma revitalização urbana na ilha, foi realizada a canalização do Rio da Bulha, pensada desde 1887 e realizada nas décadas

⁵ SANTOS, André Luiz. **Do mar ao morro**: a geografia histórica da pobreza urbana em Florianópolis. Tese (Doutorado em Geografia), UFSC, Florianópolis, 2009, p.78.

⁶ LEHNEN, Matheus Aloisio. **Os impactos da política de urbanização e higienização no Centro de Florianópolis**: um olhar a partir das desapropriações no Beco Irmão Joaquim (1900 – 1930). TCC (Graduação em História), UFSC, Florianópolis, 2021, p.68.

⁷ SANTOS, *op. cit.*, p.78.

⁸ LEHNEN, *op. cit.*, p.27.

seguintes. Com nascente no Morro do Antão e desaguando na Praia da Boa Vista, o rio atravessava toda a cidade e recebia água de outros córregos, além de resíduos despejados ao longo de todo o trajeto. Para concretizar a construção, foram necessárias inúmeras intervenções e desapropriações das casas a margens do rio, provocando profundas mudanças no tecido urbano⁹.

A construção da Avenida do Saneamento, posteriormente chamada de Avenida Hercílio Luz, integrou-se ao amplo projeto de saneamento implementado entre o final do século XIX e o início do século XX. Para a conclusão da “Grande Avenida”, foram realizadas demolições de moradias, como as que constituíam o “beco Irmão Joaquim”. Sob a administração de Hercílio Luz, medidas sanitárias foram adotadas, contribuindo para a valorização da região e sua transformação em um espaço mais elitizado. Dessa forma, a região que antes era tradicionalmente ocupada pelas classes mais baixas, passou a ser habitada pela classe média, em residências confortáveis e dentro dos padrões higiênicos estabelecidos¹⁰.

As demolições de casas e cortiços, a construção da Avenida do Saneamento e a canalização do Rio da Bulha provocaram uma redefinição do espaço urbano e uma valorização imobiliária. Além de abrir espaço para a ocupação das classes médias e altas nas áreas tradicionais da cidade, as demolições das casas e cortiços também deram lugar à construção de prédios públicos¹¹. Esse fenômeno evidencia que a gentrificação, ou seja, esse processo de transformação das áreas urbanas e do perfil social de seus habitantes, que envolveu a expulsão de moradores antigos, o aumento do custo de vida e o aprofundamento da segregação socioespacial, foi um fenômeno que não apenas atendeu aos interesses da elite econômica, mas também da elite política.

É perceptível o esforço conjunto para reorganizar o espaço urbano da cidade através da implementação de aterros, reformas, construções de edifícios públicos “modernos”, obras e serviços de saneamento, alinhamento de ruas e controle dos comportamentos. As instituições governamentais, as regulamentações e os valores desejados desempenharam papéis importantes nesse processo de ordenamento urbano¹².

⁹ MÜLLER, 2002, p.89-90.

¹⁰ VEIGA, Eliane Veras da. **Florianópolis: Memória Urbana**. 3. ed. Florianópolis: Fundação Franklin Cascaes, 2010, p.238.

¹¹ SANTOS, 2009, p.581.

¹² ARAÚJO, 1989, p.56.

As elites políticas e comerciais buscaram o controle da população pobre através de uma série de mecanismos, como os Códigos de Postura Municipais¹³, a criação de instituições assistenciais, o desenvolvimento do poder policial-judiciário, o aumento das atribuições dos departamentos de saúde pública e por meio da influência exercida pela imprensa¹⁴. Essa última, aliás, foi um mecanismo político fundamental para divulgação do pensamento da elite, que condenava os hábitos e costumes da população mais carente, seja pelo ideal sanitarista, seja pela simples repulsa¹⁵.

Era através da imprensa que ocorria o ensino dos “bons hábitos” e as denúncias dos “maus hábitos”. Também pela imprensa, cobrava-se das autoridades para que essas garantissem a boa ordem. Nesse sentido, os jornais serviam como um “veículo pedagógico”, reforçando concepções de civilidade e progresso (BORGHEZAN, 2014, p.7). Ainda na segunda metade do século XIX, quando Desterro passou pelo primeiro deslocamento, já se têm exemplos da instrumentalização dos jornais para coibir certas práticas e promover um modelo específico de civilização, como demonstra o jornal *O Argos da Província de Santa Catarina*¹⁶, publicado em 31 de maio de 1859.

Há (por infelicidade de uma grande parte dos moradores desta capital) um edifício com a alcunha de – praça de mercado -, onde entram e saem homens de diferentes nações, costumados á ver tais estabelecimentos em todos os países civilizados, e por ele avaliam o atraso em que estamos a respeito de civilização! – é uma vergonha para todos aqueles dos nossos concidadãos que sabem bem apreciar devidamente a boa ordem regularidade e bom regime: ali há tudo inversamente (*O ARGOS DA PROVÍNCIA DE SANTA CATARINA*, 1859).

No segundo deslocamento populacional, a partir da Proclamação da República, é possível observar numerosos exemplos de jornais que, alinhados aos novos ideais republicanos, frequentemente adotavam uma postura a favor da “modernidade” e do “progresso”, contrapondo-se aos costumes locais e a uma população considerada de “vadios” e de “decaídas”. Nesse contexto, a imprensa desempenhou um papel crucial no desenvolvimento das políticas de urbanização, emburguesamento e segregação socioespacial,

¹³ Conforme destacado por LEHNEN (2021, p. 44-45), os Códigos de Posturas Municipais representaram os principais instrumentos de restrição de direitos, contribuindo gradualmente, ao longo das duas primeiras décadas do século XX, para a intensificação da diferenciação entre as classes sociais.

¹⁴ LEHNEN, 2021, p.69.

¹⁵ SANTOS, 2009, p.314.

¹⁶ O jornal teve seu primeiro número publicado em 1º de janeiro de 1856, em Desterro. Seu editor geral foi José Joaquim Lopes. Dedicado às publicações oficiais do governo provincial, o periódico sucedeu “O Conservador”. Encerrou suas atividades em 31 de dezembro de 1862 (MACHADO e BORSZCZ, 2020, p.29). José Joaquim Lopes foi o fundador de outros jornais, como “O Conservador” e “O Despertador”. Além disso, ocupou também o cargo de Deputado Provincial em Santa Catarina (PIAZZA, 1994, p. 408).

influenciando não apenas as dinâmicas populacionais, mas também as relações étnico-raciais e de gênero.

A imprensa de Desterro contribuiu para a divulgação do conhecimento científico na região, refletindo as ideias do Rio de Janeiro e atuando como uma ferramenta de controle populacional. A apropriação do discurso científico, vinculado a medicina social, reforçava o preconceito em relação ao padrão de vida de pretos, pardos e da população pobre, além dos indivíduos estigmatizados como “vadios”. Presente no Brasil desde 1830, o discurso da medicina social serviu de sustentação para atacar grupos supostamente nocivos, perigosos à ordem urbana, que desafiavam a ordem estabelecida e os princípios moralizadores da sociedade¹⁷. Ademais, no auge do pensamento racista, entre 1880 e 1920, a ciência legitimou também a ideologia do “branqueamento”, que enfatizava a existência de diferentes hierarquias raciais entre humanos¹⁸.

Um dos grupos identificados como ameaças à ordem urbana eram os “vadios”. De acordo com Santos (2009), esse grupo não era composto por operários ou escravos, tampouco se enquadravam em alguma definição étnica específica (indígenas, negros ou brancos). Eram pessoas desprovidas de terra, moradia ou ocupação definida, que não dependiam do trabalho ou o evitavam para escapar das suas adversidades¹⁹. Os livres e libertos que levavam uma vida itinerante, muitas vezes marginalizados e incapazes de encontrar emprego regular, eram rotulados como vagabundos, percebidos como pessoas que se recusavam a se submeter à disciplina do trabalho, optando, em vez disso, pelo vício ou pelo crime²⁰.

O combate à “vadiagem”, recorrente na imprensa do século XIX, manteve-se relevante durante os períodos de transformação urbana de Florianópolis no período republicano. Os novos preceitos burgueses que vigoravam durante o final do século XIX e início do século XX, pregavam a inclinação para o trabalho, a produtividade e a acumulação, de modo que, um indivíduo que vivia de diárias, alternando entre dias de trabalho e de ociosidade, poderia

¹⁷ GARCIA, Carla Laner. **Emanações perniciosas moralidade corrosiva: os desdobramentos do discurso científico no centro urbano de Nossa Senhora do Desterro (1831-1864)**. Dissertação (Mestrado em História), UFSC, Florianópolis, 2006, p.67-68.

¹⁸ SKIDMORE, Thomas Elliot. **Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro (1870-1930)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, p.89.

¹⁹ SANTOS, 2009, p.138.

²⁰ *Ibid.*, p.126-127.

(1880-1920) – Samuel Victor Borba

também ser enquadrado como “vadio”²¹. O jornal “República”²², de Florianópolis, publicado em 7 de março de 1919, exemplifica bem essa mentalidade:

Repressão á vadiagem: Uma medida louvável. A repressão energica á vadiagem de certos individuos que já se habituaram ao ócio, é uma necessidade. De ha muito, a imprensa tem reclamado contra um determinado numero de vagabundos que vivem sem eira nem beira, a frequentar, assiduamente, os xadrezes da Chefatura, soffrendo os corretivos ás faltas cometidas. A detenção não lhes serve de corrigendas. Mister se torna uma pena mais efficaz. Procurando por um termo á malandragem, o Sr. Dr. Monteiro de Barros, activo Delegado de Policia, conferenciou com o Sr. commandante da Fortaleza Santa Cruz, no sentido de serem aproveitados nos serviços do cáes daquelle estabelecimento militar todos os vadios que a policia detiver. O Sr. commandante da Fortaleza Santa Cruz aceitou com muito agrado a feliz iniciativa. D'ora avante os individuos que forem presos, por vadiagem, serão immediatamente remettidos á Fortaleza, onde terão trabalho e alimentação. É digna de todo applauso a medida tomada pela zelosa auctoridade policial que está agindo em beneficio não somente da nossa sociedade, como tambem no desses infelizes que encontrarão a sua regeneração no trabalho de cada dia (REPÚBLICA, 1919. *In*: BORGHEZAN, 2014, p.31-32.).

O jornal “O Clarão”²³, da mesma cidade, publicado em 10 de janeiro de 1914, também se posiciona a favor de uma “repressão da vadiagem”:

A Vadiagem

A repressão da vadiagem é um problema muito importante a resolver, e aos governos cumpre estudá-los com máximo interesse afim de evitar grandes males futuros, oriundos da ociosidade e do vício. Infelizmente, no Brasil, esse problema não tem sido cuidado como se deve ser, sendo até notável a indiferença criminosa com que os governos encaram um assunto de tanta importância. Ninguém ignora a soma de males resultantes da vadiagem, tornando-se até uma moléstia contagiosa que cumpre extirpar para sempre a fim de evitar que ela absorva por completo todo o organismo, quer físico, quer social. Aqui, em Florianópolis, por exemplo, o número de menores vadios é bem considerável e não raro é encontrar-se pelas praças, pelo mercado e pelas tavernas uma quantidade enorme desses menores entregues a uma vida de completa malandragem. Vê-se, em qualquer manifestação, em qualquer ato público por mais sério que ele seja, a aglomeração de vadios,

²¹ BORGHEZAN, João Luiz Fernandes. **Urbanização, Saneamento e Marginalização**: uma análise da construção da Avenida Hercílio Luz 1918-1922. TCC (Graduação em História), UFSC, Florianópolis, 2014, p.32.

²² O jornal foi lançado dias após a Proclamação da República, em 19 de novembro de 1889. Inicialmente gerenciado por Evencio C. Lopes, posteriormente substituído por Geraldo Braga. Em janeiro de 1891, José Arthur Boiteux assumiu a posição de redator-chefe, sendo sucedido posteriormente por Emilio Blum e Antonio Pereira Oliveira, todos ocuparam cargos na política catarinense. A partir de 1896, tornou-se o órgão oficial do Partido Republicano Federal e encerrou definitivamente suas atividades em 25 de dezembro de 1937 (MACHADO e BORSZCZ, 2020, p.66).

²³ “Órgão de combate legalmente constituído”, teve seu primeiro número publicado em 20 de agosto de 1911, em Florianópolis. O redator chefe era Chrysanto Eloy de Medeiros, 2º tenente dos voluntários na Guerra do Paraguai (CORREIA, 1988, p. 105).

(1880-1920) – Samuel Victor Borba

numa algazarra infernal a par de uma capoeiragem incessante. Para avaliar-se a que proporções assume a vadiagem em Florianópolis, basta lançar um golpe de vista para o colossal número de vadios que formam a frente das bandas de música quando em passeio ou em marchas pelas ruas da capital. É de assombrar! Torna-se, pois, necessário uma medida de repressão para essa vadiagem, a fim de que a sociedade futura não fique a mercê da falta de segurança e de moral. Um pouco de boa vontade por parte das autoridades, auxiliadas pelos próprios pais desses menores vadios, é o que basta para que tudo fique sanado (O CLARÃO, 1914).

Segundo o periódico, esse fenômeno seria considerado um problema nacional, uma espécie de “moléstia contagiosa”, associando a prática da “vadiagem” à insegurança e à decadência moral. Ademais, a abordagem pejorativa ao termo “capoeiragem” evidencia também um viés de preconceito em relação à cultura afro-brasileira, reforçando estereótipos discriminatórios ao relacionar a prática com a malandragem.

Além do preconceito disseminado contra os pobres, considerados “vadios”, era recorrente nas primeiras décadas do século XX a perseguição às mulheres na imprensa de Florianópolis. Analisando o jornal “República”, publicado no dia 25 de janeiro de 1919, Borghezán (2014) destaca o uso do termo “decaídas”, atribuído às prostitutas e associado à falta de higiene moral²⁴. Na visão das elites, era necessário o chamado “saneamento moral”. Segundo o autor, a perseguição a essas mulheres resultava na remoção delas do centro da cidade, em uma tentativa de controlar esse grupo social específico.

Saneamento Moral

Os moradores da rua João Pinto, de certo tempo a esta parte, vinham reclamando á polícia contra a habitação de decaídas naquella rua central. Innumeradas famílias se queixavam dos actos livres ali praticados por pessoas sem o menor respeito pelo decoro social. A policia tomando em consideração as reclamações constantemente feitas contra os actos degradantes, praticados pelas decaídas, ordenou-lhes a sua mudança daquella rua Foi lhes dado um praso para mudança (REPÚBLICA, 1919. In: BORGHEZAN, 2014, p.34-35).

Conforme reportado no jornal, a prostituição era considerada uma questão de segurança pública, levando a apelos às autoridades para assegurarem a ordem em resposta às reclamações de famílias sobre os “atos degradantes praticados pelas decaídas”. Esse termo aparece em outras publicações do mesmo jornal. Em 24 de março de 1921, o jornal relatava a perseguição, realizada também pela polícia, tanto dos “vagabundos”, como das “decaídas”.

[...] por ocasião da atracação do paquete “Sírio” ao Trapiche da Rita Maria, achavam-se naquele local várias decaídas que a polícia mandou retirar dali.

²⁴ BORGHEZAN, 2014, p.34.

(1880-1920) – Samuel Victor Borba

A polícia continua fazendo a limpeza nos trapiches e ruas de nossa capital, onde existe grande número de vagabundos sendo efetuadas várias prisões (REPÚBLICA, 1921. *In*: NECKEL, 1993, p. 79 *apud* LEHNEN, 2021, p.40).

Semelhante à “vadiagem”, a prostituição era também encarada como uma moléstia, uma problemática social que demandava a intervenção do aparato estatal. Como explícito nos recortes analisados, a polícia atuou ativamente na repressão dessas mulheres. Nesse sentido, o jornal “República”, de 18 de março de 1919, relata uma campanha contra o meretrício operada pelo delegado de polícia:

O sr. Dr. Alvaro Montelro de Barros, delegado de Polícia, iniciou ontem, a campanha contra o meretrício. Para isso S.S. inscreveu em livro especial os nomes e residências de todas as decaídas aqui residentes e tomou severas medidas, no sentido de evitar a prática do meretrício por meninas (REPÚBLICA, 1919).

Em uma análise realizada do período de 1831-1864 de Desterro, Garcia (2006) afirma que a comercialização do corpo não era o único elemento que rotulava as mulheres como prostitutas. Uma série de atributos morais e sociais eram contados nessa avaliação, tais como gestos, recato, compostura, castidade e pureza. Ademais, além das prostitutas serem estigmatizadas como fonte de doenças venéreas, como a sífilis, para as famílias tradicionais elas constituíam uma ameaça com o seu desregramento moral²⁵.

Conforme a autora, o discurso sobre a prostituição emerge entrelaçado em uma rede de outras discussões que abordam a conduta moral, relacionada à saúde pública, e a contenção das paixões, associada à civilidade²⁶. É possível que a análise da autora, nesses aspectos, seja válida também para o período republicano, dada a permanência da perseguição dessas mulheres nos discursos promovidos pela imprensa de Florianópolis, bem como a associação do combate a elas, realizada pela polícia, com a “limpeza” das ruas e trapiches, conforme o jornal mencionado anteriormente.

Ademais, essa rejeição não se limitava apenas às mulheres que estavam envolvidas na prostituição, mas também se estendia a outras mulheres pertencentes às classes de baixa renda, que realizavam diversos trabalhos nas ruas, como vendedoras, passadeiras, quituteiras e lavadeiras²⁷.

²⁵ GARCIA, 2006, p.145-146.

²⁶ *Ibid.*, p.145-146.

²⁷ BORGHEZAN, 2014, p.35.

Negros e negras na moderna Florianópolis

A tão louvada modernidade inibiu a presença de descendentes de africanos, encarados como obstáculos ao progresso e à civilização. Para a análise da situação das populações negras na Ilha de Santa Catarina entre o final do século XIX e o início do século XX, é necessária a compreensão do projeto político de exclusão que vigorou nesse período histórico, que preconizava uma cidade europeia, clara, limpa e tranquila²⁸.

Os escravizados desempenharam uma série de ocupações no século XIX. Eram artistas, marítimos, pescadores, comerciantes, costureiros, canteiros, operários (de madeiras, edificações, vestuários, chapéus e calçados), criados e jornaleiros, domésticos e lavradores²⁹. O trabalho escravo era amplamente empregado nas atividades urbanas. A posse de escravos era comum entre a população abastada, que incluía funcionários públicos, comerciantes e fazendeiros que tinham recursos para manter os escravizados. Em 1872, apenas 16 anos antes da abolição, havia na Ilha de Santa Catarina 1.076 escravizados ocupados em serviços domésticos. Nesse período nenhum outro tipo de atividade, incluindo a lavoura, empregava uma mão-de-obra escrava tão numerosa³⁰.

Com o objetivo de limitar a mobilidade e regular os comportamentos desses indivíduos, foram estabelecidas uma série de legislações, os chamados “Códigos de Posturas”. Estes códigos representavam mecanismos formais de controle e fiscalização, cujo propósito era proibir o ajuntamento de escravizados em espaços públicos, como ruas e praças, em eventos sociais, como reuniões destinadas a danças, bem como nos aluguéis de casas para morarem sozinhos³¹.

As formas de discriminação, econômica e social, manifestadas em Desterro, eram principalmente direcionados aos escravos, mas se estendiam a todos os indivíduos negros³². Conforme Cardoso (1960, p.126), “o fato de um escravo se ter tornado liberto não apagava da memória coletiva a nódoa da antiga condição, que deveria pesar ainda sobre seus descendentes”.

²⁸ MORTARI, Claudia; CARDOSO, Paulino de Jesus. Territórios Negros em Florianópolis no século XX. In: BRANCHER, Ana (org.). **História de Santa Catarina**: estudos contemporâneos. 2. ed. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2004, p. 93.

²⁹ CARDOSO, Fernando Henrique; IANNI, Octávio. **Cor e mobilidade social em Florianópolis**: aspectos das relações entre negros e brancos numa comunidade do Brasil Meridional. São Paulo: Companhia Editoria Nacional, 1960, p.74.

³⁰ *Ibid.*, p.77.

³¹ MORTARI; CARDOSO, *op. cit.*, p. 88.

³² CARDOSO; IANNI, *op. cit.*, p.122.

Após a abolição, a população negra foi considerada uma raça inferior em relação ao europeu branco. Essa avaliação era fundamentada nos preconceitos e ideias de superioridade já estabelecidos no século XIX, sendo a ciência, também, um mecanismo que impediu a plena integração dos ex-escravizados na sociedade³³.

Com o advento da República, foram impostas barreiras à população negra de Florianópolis. Junto com a instalação de serviços de bondes, água, esgoto e aterros, foram sendo destruídos os antigos territórios negros, nos becos e cortiços localizados na Tronqueira, Figueira, Toca e Beco do Sujo. Diante da dificuldade em eliminar o que era considerado indesejável, as elites brancas adotaram estratégias para inviabilizar a presença cotidiana da comunidade negra em Florianópolis, como o uso da vigilância sanitária para exercer o controle dessa população³⁴.

Este processo evidencia uma faceta marcante da segregação social e racial que caracterizou esse período. O desenvolvimento da cidade resultou em uma reorganização geográfica que separou as elites, que se mantiveram no centro da cidade, das populações mais carentes, em especial a comunidade negra. Esta última passou a habitar progressivamente a periferia do núcleo urbano, nas encostas das elevações, onde se encontram as áreas de menor valor econômico³⁵.

Segundo Bebel Nepomuceno, a mobilidade social pós-abolição da escravidão revelou-se uma realidade desafiadora. Com a abolição, o preconceito racial assumiu formas mais sutis. A população negra foi sistematicamente excluída do mercado de trabalho em detrimento da mão-de-obra estrangeira, encontrando-se uma clara seletividade racial em vagas disponíveis na indústria, comércio e setor público, mesmo nas ocupações mais subalternas. Com poucas alternativas, restou a população negra trabalhos intermitentes e pequenas atividades de baixa remuneração³⁶.

Conforme apontado pela autora, o cenário de exclusão no mercado de trabalho não apenas afetava os homens negros, mas também “penalizava duplamente a mulher negra”, obrigada a assumir responsabilidades adicionais no âmbito familiar³⁷. Esse quadro pode ser melhor compreendido pela perspectiva da interseccionalidade, conforme definida por

³³ SANTOS, 2009, p.141.

³⁴ MORTARI; CARDOSO, 2004, p. 92.

³⁵ CARDOSO; IANNI, 1960, p.155-157.

³⁶ NEPOMUCENO, Bebel. Protagonismo Ignorado. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (org.). **Nova História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012, p.385.

³⁷ *Ibid.*, p.386.

Kimberle Crenshaw, na qual o racismo e o sexismo se entrelaçam de maneira interseccional, impactando a vida das mulheres negras.

De acordo com a autora, as categorias de análise de “raça” e “sexo” são construções que se originam de experiências individuais e sociais, mas que representam apenas aspectos fragmentados de fenômenos muito mais complexos. A sobreposição de sistemas e estruturas de opressão, dominação ou discriminação se traduz em uma experiência que transcende a mera soma dessas concepções, criando uma dinâmica interconectada e multifacetada³⁸.

Ademais, conforme Crenshaw, uma análise que não incorpora a interseccionalidade não pode abordar adequadamente a maneira particular pela qual as mulheres negras são subordinadas. A investigação isolada dessas categorias ou dos preconceitos e formas de discriminação baseados em raça e gênero, como o racismo e o sexismo, apaga e distorce as experiências das mulheres negras. Dessa forma, em casos de discriminação racial, a perspectiva adotada tende a ser de negros privilegiados quanto ao sexo ou à classe. Por outro lado, nos casos de discriminação de gênero, a abordagem se concentra em mulheres privilegiadas quanto à raça e à classe³⁹.

Olhar sob o filtro da interseccionalidade pode auxiliar a compreensão das formas particulares de exploração pelas quais as mulheres negras da Ilha de Santa Catarina passaram entre as últimas décadas do século XIX e o início do século XX. Elementos de discriminação racial, econômica e social se sobrepõem aos preconceitos de gênero enfrentados pelas mulheres desse período histórico, gerando uma intrincada teia de desigualdades.

As mulheres negras que se prostituíam, por exemplo, enfrentavam preconceitos ainda mais acentuados, embora mulheres de diversas camadas sociais recorressem à prostituição para garantir sua sobrevivência. O meretrício entre mulheres africanas e suas descendentes, mesmo quando libertas, reforçava, na perspectiva da sociedade escravocrata, o estereótipo que retratava os negros como sujeitos, moralmente desviados, fontes de doenças (especialmente a propagação de sífilis) e degradação humana, desestruturando o núcleo familiar⁴⁰.

Após a Abolição, as condições de vida da população negra não melhoraram em comparação com o período anterior. Não houve alteração da posição social no sistema ocupacional da cidade, de forma que o trabalhador e a trabalhadora negra permaneceram nos

³⁸ CRENSHAW, Kimberle. Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics. *University Of Chicago Legal Forum*, [S. L.], v. 1989, n. 8, p. 139-140, 1989.

³⁹ *Ibid.*, p.139-140.

⁴⁰ GARCIA, 2006, p.148 e 150.

setores mal remunerados e de baixo prestígio social. Dessa forma, pode-se observar uma maior concentração entre as mulheres negras nos ramos de prestação de serviços⁴¹.

Esse fenômeno pode ser exemplificado pelas lavadeiras do Rio da Bulha (ou Fonte da Bulha). Com a canalização dos córregos e a construção da Avenida do Saneamento, as mulheres negras que trabalhavam como lavadeiras para famílias no centro da cidade passaram a residir em áreas de morros, onde havia fontes de água e córregos, possibilitando a continuidade de seu trabalho⁴². Essa mudança geográfica não apenas reflete a persistência da desigualdade ocupacional, mas também acentua a segregação espacial que perpetua (e é formada a partir das) disparidades sociais.

Ficam evidentes, na imprensa de Florianópolis pós abolição, os ataques às mulheres negras, incluindo as residentes no entorno do Rio da Bulha. “O Dia”⁴³, jornal local, em 14 de agosto de 1916, divulgou uma nota parabenizando a repressão às mulheres negras que viviam em um cortiço na região:

Delegacia de Polícia

O Sr. Major Fernando Machado, Delegado de Policia mandou [...] a bem da ordem e moralidade publica, mandou fechar um cortiço de negras vadias na Fonte da Bulha. Neste Cortiço residiam 12 creoulas e pardas que durante a noite ali praticavão desordens e veviam furtando gallinhas na visinhança. Acertado medida (O DIA, 1916. *In*: LEHNEN, 2021, p.40).

A partir do recorte, é possível verificar elementos que, na visão das forças dominantes, justificavam a repressão, como a “ordem e moralidade pública”. Além disso, a análise desta publicação permite explorar elementos de interseccionalidade. Por um lado, a ênfase na cor dessas mulheres ressalta o viés racial presente no relato, apontando para as continuidades do preconceito racial em Florianópolis após a Abolição. A utilização do termo pejorativo “vadias” destaca, por sua vez, a discriminação de gênero, que como visto anteriormente, se estendia as mulheres pobres que trabalhavam nas ruas. A sobreposição desses dois preconceitos, portanto, amplifica a complexidade da experiência enfrentada por essas mulheres.

⁴¹ CARDOSO; IANNI, 1960, p. 112-113.

⁴² SANTOS, 2009, p. 587.

⁴³ O jornal foi lançado em 1º de janeiro de 1900. Sua fundação resultou de uma divisão interna no Partido Republicano Catarinense, envolvendo o governador Felipe Schmidt e Hercílio Luz. Como esse último era apoiado pelo jornal A República, Felipe Schmidt fundou, em oposição, o periódico O Dia. O responsável pela redação era Thiago da Fonseca. Figuras políticas e intelectuais, como Nereu Ramos, Clementino de Brito, Ruph Junior e Martinho Callado, desempenharam papéis de destaque na gerência, redação e direção. Encerrou suas atividades em setembro de 1918 (MACHADO e BORSZCZ, 2020, p.86).

Considerações

Os primeiros anos da República na Ilha de Santa Catarina foram marcadas por grandes reestruturações urbanas, que não apenas reconfiguraram o aspecto estético da cidade, mas também impactaram significativamente a vida de seus habitantes. Paralelamente a outras capitais brasileiras, abstrações como “modernidade”, “progresso” e “civilização” foram determinantes nos processos de urbanização na capital. Nesse contexto, o processo de segregação socioespacial foi um projeto político, fruto de um esforço conjunto das elites econômicas, políticas e intelectuais, que procuraram meios de controlar os indivíduos que desafiavam a ordem estabelecida e os princípios moralizadores da sociedade.

O advento da modernidade em Florianópolis adquiriu significados distintos para diferentes estratos sociais. Para as elites econômicas e políticas, representou a abertura de novos horizontes para a expansão urbana, fortalecendo e consolidando suas posições no *status quo*. Contudo, para os segmentos mais vulneráveis da sociedade, como os pobres, negros e mulheres, a modernidade implicou a permanência nos setores de baixo prestígio social e econômico, o deslocamento forçado para áreas periféricas da cidade e, ainda, acarretou uma carga de preconceitos lançados contra seus modos de vida e tradições.

As páginas dos jornais revelaram-se espaços propícios para a negação dos sujeitos e divulgação do pensamento das elites. Por meio da pesquisa realizada, é possível observar que o apelo à “moral” realizado na imprensa foi um elemento motor para a propagação da discriminação contra minorias sociais. Ademais, pode-se verificar o uso de conceitos elásticos, como “vadios” e “decaídas”, que podiam abranger qualquer indivíduo que não se alinhasse aos ideais impostos. A imprensa, nesse sentido, foi uma importante ferramenta de opressão das elites, que colaborou na legitimação dos processos de ordenamento social.

As categorias classe, gênero e raça, quando consideradas isoladamente, se mostram suficientes para marcar as desigualdades de poder presentes em Florianópolis. Contudo, a coexistência de identidades sociais e sistemas ligados à discriminação intensificaram ainda mais a experiência dos sujeitos, impondo barreiras adicionais à ascensão na estrutura social. Para além das identidades analisadas no escopo do presente artigo, constata-se a necessidade do estudo relativo ao grau de preconceito que atravessa os corpos de indivíduos com outros marcadores sociais de diferença, tais como tonalidades de pele, religião e sexualidade.

Referências Bibliográficas

ARAÚJO, Hermetes Reis de. **A invenção do litoral: reformas urbanas e reajustamento social em Florianópolis na Primeira República**. Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1989.

BORGHEZAN, João Luiz Fernandes. **Urbanização, Saneamento e Marginalização: uma análise da construção da Avenida Hercílio Luz 1918-1922**. TCC (Graduação em História), UFSC, Florianópolis, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/127494>. Acesso em: 19 nov. 2023.

CARDOSO, Fernando Henrique; IANNI, Octávio. **Cor e mobilidade social em Florianópolis: aspectos das relações entre negros e brancos numa comunidade do Brasil Meridional**. São Paulo: Companhia Editoria Nacional, 1960.

CORREIA, Ana Maria Martins Coelho. **A expansão da Igreja em Santa Catarina, a reação anti-clerical e a questão do clero nacional (1892- 1920)**. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1989. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/75456>. Acesso em: 28 nov. 2023.

CRENSHAW, Kimberle. Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics. **University Of Chicago Legal Forum**, [S. L.], v. 1989, n. 8, p. 139-167, 1989. Disponível em: <https://chicagounbound.uchicago.edu/uclf/vol1989/iss1/8>. Acesso em: 19 nov. 2023.

GARCIA, Carla Laner. **Emanações perniciosas moralidade corrosiva: os desdobramentos do discurso científico no centro urbano de Nossa Senhora do Desterro (1831-1864)**. Dissertação (Mestrado em História), UFSC, Florianópolis, 2006. Disponível em: <http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/88274>. Acesso em: 19 nov. 2023.

LEHNEN, Matheus Aloisio. **Os impactos da política de urbanização e higienização no Centro de Florianópolis: um olhar a partir das desapropriações no Beco Irmão Joaquim (1900 – 1930)**. TCC (Graduação em História), UFSC, Florianópolis, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/222904>. Acesso em: 19 nov. 2023.

MACHADO, Alzemi; BORSZCZ, Iraci. **A imprensa catarinense no século XIX: catálogo descritivo e ilustrado do acervo de jornais raros da Biblioteca Pública de Santa Catarina - Hemeroteca Digital Catarinense**. Florianópolis: FFC Edições, 2020. Disponível em: http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/A_Imprensa_Catarinense_ebook.pdf. Acesso em: 28 nov. 2023.

MORTARI, Claudia; CARDOSO, Paulino de Jesus. Territórios Negros em Florianópolis no século XX. In: BRANCHER, Ana (org.). **História de Santa Catarina: estudos contemporâneos**. 2. ed. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2004, p. 86-101.

MÜLLER, Gláucia Regina Ramos. **A influência do urbanismo sanitário na transformação do espaço urbano em Florianópolis**. Dissertação (Mestrado em Geografia), UFSC, Florianópolis, 2002. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/83510>. Acesso em: 19 nov. 2023.

NEPOMUCENO, Bebel. Protagonismo Ignorado. *In*: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (org.). **Nova História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012, p.382-409.

PIAZZA, Walter Fernando (org.). **Dicionário político catarinense**. 2. ed. Florianópolis: Edição da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, 1994.

SANTOS, André Luiz. **Do mar ao morro**: a geografia histórica da pobreza urbana em Florianópolis. Tese (Doutorado em Geografia), UFSC, Florianópolis, 2009. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/92552>. Acesso em: 19 nov. 2023.

SKIDMORE, Thomas Elliot. **Preto no branco**: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro (1870-1930). São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

VEIGA, Eliane Veras da. **Florianópolis**: Memória Urbana. 3. ed. Florianópolis: Fundação Franklin Cascaes, 2010.

Fontes

O ARGOS DA PROVÍNCIA DE SANTA CATARINA. Desterro, 31 maio 1859.

O CLARÃO. Florianópolis, 10 jan. 1914.

O DIA. Florianópolis, 14 ago. 1916. *In*: LEHNEN, 2021, p.40.

REPÚBLICA. Florianópolis, 18 mar. 1919.

REPÚBLICA. Florianópolis, 24 mar. 1921. *In*: NECKEL, 1993, p. 79 *apud* LEHNEN, 2021, p.40.

REPÚBLICA. Florianópolis, 25 jan. 1919. *In*: BORGHEZAN, 2014, p.34-35.

REPÚBLICA. Florianópolis, 7 mar. 1919. *In*: BORGHEZAN, 2014, p.31-32.